

#### ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

### CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE, TRÂNSITO, TERRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ARTIGOS 45, 47, 48 E 50 DO REGIMENTO INTERNO

### PROCESSO LEGISLATIVO Nº 084/2021

## PROJETO DE LEI Nº 6.093/2020

# PARECER Nº 058 /2021

Trata-se de Projeto de Lei para autorizar o Poder Executivo a doar, com encargos, o imóvel identificado como Lote 01-A (um "a"), Quadra 02 (dois), Residencial Cidade Verde III, com área de 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), avaliado em R\$ 56.984,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais) ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE.

A doação será para regularizar a área do poço descrita no projeto de Ampliação e Readequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município, conforme Termo de Compromisso nº 424.365-74/2014/MCIDADES/CAIXA, Ofício nº 517/2020/DPPSAAE e Processo Administrativo nº 4.576/2020.

Esse projeto de ampliação e readequação consiste na interligação de todos os poços existentes no Município, os quais abastecerão com eficiência os Centros de Reservação, atendendo, assim, a demanda por água tratada ofertada pelo SAAE.

Como encargo da doação, fica estabelecido que o SAAE inicie a execução do projeto no prazo de 02 (dois) anos, podendo ser revertida a doação caso descumpra com a obrigação imposta.

Sendo assim, a COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS emite Parecer Favorável à Proposição, pois se justifica do ponto de vista da relevância social e administrativa.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2021.

Vereador Dhonatan Pagani Relator/COSPAMATIC

TOMADA DE VOTO, - COSPAMATIC

Vereador Dhonatan Pagani PRESIDENTE

Vereador Zezinho da Diságua SECRETÁRIO

Vereagor Sargento Damassa

MEMBRO

M.B



### ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

## ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO

## PROCESSO LEGISLATIVO № 084/2021

### PROJETO DE LEI № 6.093/2020

## PARECER DA CCJR № 060/2021

Doações que envolvem a Administração Pública seguem as regras da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como Lei de Licitações e Contratos. Assim, as doações de imóveis públicos dependem do preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) interesse público devidamente justificado;
- b) avaliação prévia;
- c) autorização legislativa; e
- d) licitação, que será dispensada no caso de doação, permitida para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de gualquer esfera de governo.

Analisando o Processo Legislativo, verifica-se que o interesse público está devidamente justificado, uma vez que a doação será para regularizar a área do poço a fim de atender ao projeto de Ampliação e Readequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município.

Vale esclarecer que a avaliação mercadológica da área foi realizada em 29 de setembro de 2020, e que, por tratar-se de doação para outro ente público, a licitação está dispensada.

Resta apenas preencher o requisito da autorização legislativa, que é o objetivo desta Proposição, tornando sua aprovação viável.

Portanto, diante da legalidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e relevância social da matéria, a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO emite Parecer Favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2021.

Vereador Pedrinho Sanches Relator/CCJR

TOMADA DE VOTO - CCJR

Vereador Perfinho Sanches

PRESIDENTE

Vereadora Clerida Alves SECRETÁRIA

seen reador Ademir A

MEMBRO